

CONGRESSO

Foco na reforma tributária

Votação da PEC está prevista para amanhã na CCJ do Senado. Aprovado, texto vai ao plenário. Mudanças feitas, no entanto, obrigam que a Câmara avalie a proposta mais uma vez

» ÁNDREA MALCHER

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deve votar amanhã a proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da reforma tributária. A expectativa é de que o texto, relatado por Eduardo Braga (MDB-AM), uma vez aprovado no colegiado, siga para análise do plenário.

Braga apresentou um substitutivo, uma versão alternativa à matéria aprovada na Câmara, no fim de outubro e o senador acredita que o texto ainda possa sofrer alterações, tendo em vista que foram apresentadas pelo menos 700 emendas. "Não dá para dizer que tem acordo. Ainda vai haver muita discussão. É uma matéria que tem muitos interesses. É uma votação que esperamos obter êxito, mas ainda está em um processo de construção", comentou ele.

Durante o feriado de finados, Braga e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniram para debater "ajustes finos sobre o texto apresentado". Último item do pacote econômico enviado pelo governo ao Congresso, a reforma tributária tem gerado desconfortos em diversos setores. Um dos pontos sensíveis é um possível aumento na quantidade de exceções à alíquota padrão que será criada para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O novo desenho tributário, entre outras alterações, extingue cinco impostos, como o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, e cria um único tributo: o IBS.

O volume de repasses da União ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) também aumentou no parecer de Braga, indo de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões anuais, a partir de 2034.

Lula

Com as alterações à PEC feitas pelo Senado, o texto, após aprovação em plenário, retorna para a análise da Câmara dos Deputados, o que vai demandar mais uma rodada de articulações do governo.

A equipe econômica de Lula negociou que o Congresso segurasse o Orçamento de 2024, em prol da aprovação reforma tributária e do marco fiscal. O presidente já deixou claro que "difícilmente" será possível zerrar o déficit nas contas públicas no próximo ano, meta estabelecida no arcabouço. Haddad, por sua vez, trabalha para cumprir a meta.

Ontem, ao ser questionado sobre a meta fiscal durante uma coletiva de imprensa no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Lula se esquivou: "Meta fiscal você me pergunta segunda-feira. Hoje é dia de Enem".

Porém, ironizou os críticos de sua política econômica ao abordar a participação de idosos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). "Hoje, li a notícia de que um senhor de 60 anos está inscrito porque ele quer terminar engenharia. Quem sabe qualquer dia desses eu me inscrevo para fazer um curso de economia. Porque, todo mundo é muito sabido de economia. Economista é a pessoa mais sabida do mundo. Quando a gente está na oposição, a gente sabe tudo, quando a gente está no governo, a gente desaprende e as coisas não aparecem com muita facilidade", brincou Lula.

Roque de Sá/Agência Senado



Braga acredita que o texto ainda possa sofrer alterações: 700 emendas foram apresentadas

INFORME PUBLICITÁRIO

Saiba mais:



Vamos lutar para que não exista qualquer restrição ao parcelamento sem juros.

A Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (FCS), coalizão suprapartidária composta por 178 deputados e 25 senadores, que tem o objetivo de formular políticas públicas de apoio e defesa do setor de comércio e serviços, reafirma categoricamente seu apoio à manutenção do parcelamento sem juros no Brasil. Consideramos que essa é uma prática intrínseca à realidade econômica e ao bem-estar financeiro de milhões de brasileiros.

As discussões em torno da Lei 14.690/2023 – "Lei do Desenrola" – destacaram a necessidade de a população brasileira se libertar das altas taxas de juros do cartão de crédito. E, ao mesmo tempo, tanto a Câmara quanto o Senado entenderam a importância de fazê-lo preservando o parcelamento sem juros.

Esse mecanismo tem sido uma ferramenta crucial para o consumidor brasileiro, possibilitando a aquisição de bens e serviços de maneira mais acessível e contribuindo para a movimentação da economia. A ideia de mudanças no modelo existente foi analisada com cuidado pelas duas casas e rechaçada nas manifestações dos relatores, deputado Alencar Santana e senador Rodrigo Cunha. Isso ilustra o entendimento consensual sobre a relevância de manter o benefício.

Por isso, a FCS, alinhada ao desejo da população e reconhecendo a essencialidade do parcelamento sem juros, defende com veemência sua continuidade. Reiteramos que somos completamente contrários a qualquer tentativa de impedir ou dificultar essa prática. Qualquer iniciativa contrária ignora sua significativa contribuição ao bem-estar financeiro dos cidadãos e ao equilíbrio do mercado, e preocupa-nos, portanto, que ainda haja discussões que pretendam alterar o parcelamento sem juros.

Reafirmamos nosso compromisso com políticas que favoreçam o cidadão e o setor comercial. Continuaremos vigilantes, assegurando que o parcelamento sem juros permaneça como um direito dos consumidores brasileiros.

Deputado Domingos Sávio
Presidente da FCS na Câmara dos Deputados

Senador Efraim Filho
Presidente da FCS no Senado

